

Adusp



SIMESP  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO



São Paulo, 13 de maio de 2020

Ministério Público do Estado de São Paulo  
Rua Riachuelo, 115 – 7 andar  
São Paulo - SP  
CEP 01007-904

Ilustre Promotor da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Área da Saúde  
Dr. Arthur Pinto Filho

Como é de seu conhecimento, o Hospital Universitário (HU) da USP apresenta sérios problemas que derivam das políticas adotadas nas últimas gestões reitorais. Entre as que causaram mais impacto, está o programa de incentivo à demissão voluntária que reduziu dramaticamente o número de profissionais que atuavam no hospital, com desativação de leitos e diminuição no número de atendimentos. O Coletivo de moradores Butantã na Luta e as entidades representativas de docentes, servidore(a)s e estudantes veem denunciando sistematicamente a situação na qual o hospital foi colocado. Inúmeros questionamentos têm sido feitos às instâncias responsáveis pela administração do hospital – reitoria, superintendência do HU, superintendência de saúde e conselho deliberativo – como atestam os documentos apensados.

A situação do HU se agrava nesse momento de pandemia e crise sanitária. Um equipamento de saúde localizado no epicentro da epidemia em São Paulo é de fundamental importância para o atendimento da população da região. No entanto, a reitoria nega a importância e o potencial do HU no diagnóstico e atendimento preliminar às pessoas infectadas pelo novo coronavírus – Sars-Cov-2 – ao propagar que o HU é um “hospital livre de covid-19”, conforme comunicado enviado em 02 de abril.

Para as entidades que subscrevem esse documento, a preservação da saúde e da vida é prioridade absoluta. Reconhecemos a importância e a competência do HU no atendimento e tratamento das mais variadas condições, inclusive doenças infecto-contagiosas, como a Covid-19.

# Adusp



SIMESP  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO



Colocá-lo como “hospital de retaguarda”, como fez o reitor Vahan Agopyan em reunião com as entidades na última semana, é minimizar o papel fundamental que o HU pode cumprir neste momento. O HU possui profissionais com alta competência que merecem ser valorizados e respeitados. É inadmissível que haja profissionais do grupo de risco ainda em atividade, quando há determinação para que pessoas nessa condição sejam liberadas do trabalho. A alegação da reitoria que a dispensa de pessoas do grupo de risco inviabilizaria o funcionamento do hospital não se sustenta, uma vez que há possibilidade de contratação imediata de profissionais para substituí-las, inclusive fazendo uso de medida há muito postergada pela reitoria de contratação utilizando verba destinada para esse fim, conquista da incessante luta do Coletivo Butantã na Luta e das entidades representativas.

As entidades signatárias deste documento pedem a troca da Direção do HU, ainda que tenhamos consciência de que uma mudança durante a pandemia poderia ser um elemento de perturbação, que desviaria o foco principal que é prover a máxima capacidade para atender as vítimas diretas e indiretas da COVID-19. Entretanto, a opção de manter o HU com um atendimento muito reduzido em relação à infraestrutura instalada e continuar com uma Direção que age sem a transparência necessária, e expõe trabalhadore(a)s a riscos muito maiores do que os já esperados é absolutamente inconcebível.

Pelos motivos elencados acima, pedimos que o Ministério Público encaminhe providências para que a desastrosa administração do HU não continue prescindindo a população de atendimento e mantendo profissionais em situação de risco.

No ensejo, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Adusp, Coletivo Butantã na Luta, Simesp e Sintusp